

# jornal d@s bancári@s



PUBLICAÇÃO NACIONAL DA CONTRAF-CUT | ESPECIAL MULHERES | MARÇO 2013

## NÓS SOMOS MUITAS. E QUEREMOS MAIS

**A**s mulheres ocupam 49% do total dos postos de trabalho bancário em todo o país, o que representa 243 mil bancárias. Nos bancos privados elas já são maioria, 53,4% da categoria, de acordo com levantamento da subseção do Dieese da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), feito com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego, entre janeiro e dezembro de 2012.

“A trajetória das mulheres nos bancos é uma trajetória de luta para conquistar seu espaço. Até a década de 1970 o sistema financeiro era um

território exclusivamente masculino. O ex-Banespa aceitou pela primeira vez o acesso de mulheres ao cargo de auxiliar de escritório apenas em 1968 e o Banco do Brasil em 1971”, lembra Deise Recoaro, secretária de Mulheres da Contraf-CUT.

O movimento sindical conquistou importantes vitórias ao longo desta história, muitas delas relacionadas à maternidade, sendo a mais recente a ampliação da licença maternidade para 180 dias. Mas as desigualdades ainda são muitas. Para se ter uma ideia, as mulheres entram no banco ganhando em média 22,9% menos do que os homens, de acordo com o levantamento do Dieese. Enquanto as mulheres são admitidas com uma

### Participação das mulheres em algumas capitais:

Recife (PE)	48,9%;
Salvador (BA)	51,7%;
Belo Horizonte (MG)	49,7%
Rio de Janeiro (RJ)	50,8%
São Paulo (SP)	52,7%
Curitiba (PR)	49,9%
Cuiabá (MT)	48,2%

Fonte: RAIS-MTE  
Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

remuneração média de R\$ 2.318,33, os homens chegam ao banco com R\$ 3.006,91.

Além disso, as mulheres saem do banco também ganhando menos, uma média de 25,6% a menos do que



os homens. Enquanto as mulheres saem com uma remuneração média de R\$ 3.716,32, os homens são desligados com R\$ 4.994,99.

“Como constatou a socióloga Beth Lobo, a classe trabalhadora tem dois sexos e não é possível desprezar as diferenças internas da classe trabalhadora. A unidade da classe vai se dar na medida que o conjunto supere as desigualdades”, avalia a secretária de Mulheres da Contraf-CUT.

## Mulheres ampliam organização em todo país

**O** 3º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), realizado em 2012, aprovou a criação da Secretaria de Mulheres. O objetivo é elaborar, coordenar e desenvolver políticas para a promoção da igualdade de oportunidades na vida, no trabalho e no movimento sindical.

“Para que esta organização se traduza em conquistas é preciso criar coletivos de mulheres desde os sindicatos, passando

pelos federações estaduais ou regionais e confederação”, orienta a secretária-geral da Contraf-CUT, Ivone Maria da Silva.

A função dos coletivos é diagnosticar os problemas que afetam as mulheres nos diversos bancos, “refletir sobre a condição das bancárias sob a luz do conhecimento acumulado em universidade e pelo movimento sindical, a fim de formular propostas e intervir tanto no local de trabalho como em questões mais amplas da sociedade”, afirma a secretária-geral.

## Meta, mulheres e assédio: relações perigosas no local de trabalho

**U**m dos grandes problemas que atinge tanto a mulher quanto o homem está relacionado às doenças e transtornos mentais, causados por excessivas pressões por vendas de produtos bancários, que muitas vezes desembocam para o assédio moral.

Embora sejam fenômenos recentes, os assédios moral e sexual no local de trabalho estão muito presentes no dia-a-dia, e as vítimas, na maioria dos casos, são mulheres. Dados da Organização Internacional do Trabalho

(OIT) indicam que 52% das mulheres economicamente ativas já foram assediadas sexualmente.

“As mulheres muitas vezes são pressionadas ou induzidas a utilizarem dos atributos físicos para facilitar a venda de produtos. É muito comum ouvir relatos de bancárias que dizem serem ‘instruídas’ a aumentarem o decote para aumentarem as vendas”, afirma Deise. “Isso impacta negativamente na imagem e na saúde da mulher. Primeiro porque expõe as mulheres a algumas situações de

violência já bastante conhecidas como o assédio sexual no trabalho, que quando frustrado gera um outro tipo de assédio, o moral”, salienta Ivone.

“Queremos que as mulheres sejam valorizadas e reconhecidas pelo seu profissionalismo, pela sua capacidade e pelo investimento na formação e qualificação. Por isso, precisamos nos organizar em todos os cantos do Brasil, de modo a denunciar e pressionar para que o assédio não ocorra mais”, ressalta a secretária-geral da Contraf-CUT.

# MOBILIZAÇÃO CONQUISTA 2ª CENSO DA DIVERSIDADE



## É preciso conhecer a realidade para mudá-la

**O**s bancários e as bancárias conquistaram na Campanha Nacional de 2012 a realização do 2º Censo da Diversidade, com planejamento em 2013 e execução em 2014. A conquista é fruto das negociações da mobilização da categoria e das negociações entre o Comando Nacional, coordenado pela Contraf-CUT, e a Fenaban.

A conquista está prevista no parágrafo 3º da cláusula 47ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2012/2013, constando que “à semelhança do Censo da Diversidade realizado no setor bancário durante o ano de 2008, a Fenaban com a Comissão Bipartite de Igualdade de Oportunidades planejará um novo levantamento do perfil dos ban-

cários ao longo do ano de 2013, de forma a efetivá-lo em 2014”.

### Expectativas

Ocorreram mudanças profundas no sistema financeiro desde o 1º censo em 2008 e, por isso, o 2º Censo será uma boa oportunidade para conhecer a realidade dos bancários e avaliar a situação de discriminação nos bancos.

“O 2º Censo possibilitará ainda comparar os dados com o 1º Censo, avaliar a eficácia ou não das ações afirmativas prometidas pelos bancos e definir novas políticas no rumo da igualdade de oportunidades”, avalia Andrea Freitas de Vasconcelos, secretária de Políticas Sociais da Contraf-CUT.

## IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS

**A VIOLÊNCIA  
CONTRA A MULHER,  
NÃO É O MUNDO  
QUE A GENTE QUER**

Central de  
Atendimento à Mulher  
– Ligue 180 – funciona  
24 horas por dia, de  
segunda a domingo,  
inclusive feriados. A  
ligação é gratuita e  
o atendimento é de  
âmbito nacional.



“Lei cria mecanismos para prevenir, coibir e punir a discriminação contra a mulher e estabelece medidas de proteção e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural ou urbano.”

Utopia? Não. Este é o primeiro parágrafo do Projeto de Lei do Senado nº 136/11, resultado de dois projetos de lei que preveem punição contra discriminação salarial da mulher. Os dois já foram aprovados em votação terminativa nas Comissões e posteriormente foram questionados pelos senadores. Agora, as duas propostas, unidas em um substitutivo do senador Romero Jucá (PMDB/RR), estão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para votação. Caso o substitutivo seja aprovado, deverá ser votado no Plenário da Casa.

Entre as propostas para romper com as discriminações está previsto no PL: “Art. 4º - O Estado fomentará ações educativas destinadas a promover uma cultura de igualdade de gênero na sociedade, como forma de estimular o exercício compartilhado das responsabilidades familiares e profissionais entre mulheres e homens e de eliminar a discriminação. Consideram-se responsabilidades familiares o cuidado com os filhos e com as pessoas que necessitem de auxílio que habitem o domicílio familiar, sejam elas dependentes legais ou não, e o desempenho dos afazeres domésticos.

“Neste sentido, o movimento sindical bancário vem pautando desde 2009 a ampliação da licença-paternidade, assim os homens também poderão exercer seu papel de pai de forma plena”, afirma Deise

Recoaro, secretária de Mulheres da Contraf-CUT.

Além disso, a categoria bancária vem há décadas pautando esse tema com os bancos, levando à criação de uma mesa temática de igualdade de oportunidades entre a Contraf-CUT e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

“Agora temos que somar esforços com os demais setores da sociedade para que o PL da Igualdade seja discutido e votado na Câmara dos Deputados e seja transformado em lei. As mulheres conquistaram a Lei Maria da Penha e a do Trabalho Doméstico a custo de muita mobilização e luta”, ressalta a secretária de Mulheres. “Vamos pressionar os deputados e deputadas que elegemos para mais esta conquista, não só para as mulheres, mas para a sociedade como um todo e para as futuras gerações”.